

SEGURANÇA ALIMENTAR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



EDITORA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (CIÊNCIAS AGRÁRIAS)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES)
FABIANA SENA DA SILVA (INTERDISCIPLINAR)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (ENGENHARIAS)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (CIÊNCIAS HUMANAS)
MARIA REGINA VASCONCELOS BARBOSA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS)

Thiago Lima
Organizador

SEGURANÇA ALIMENTAR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Editora UFPB
João Pessoa
2019

Direitos autorais 2019 - Editora UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer
meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998)
é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico	Editora UFPB
Editoração Eletrônica e Design de Capa	Rildo Coelho

Catálogo na fonte:
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

S456 Segurança alimentar e relações internacionais / Organização :
Thiago Lima. - João Pessoa : Editora UFPB, 2019.
180 p.

ISBN: 978-85-237-1399-7

1. Segurança – alimentar – relações - internacionais. 2. Alimentos.
3. Alimentação - Brasil. I. Lima, Thiago. II. Título.

UFPB/BC

CDU641+327

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
www.editora.ufpb.br
editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:



Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 4/2017-2018, financiado
pelo Programa de Apoio a Produção Científica - Pró-Publicação de Livros da
Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO. Alimentação, Segurança Humana e Relações Internacionais: relações de Humanidade?	7
Thiago Lima (UFPB); Agostina Costantino (UNS – Argentina); Laís Forti Thomaz (UFG); Raquel Maria de Almeida Rocha (USP)	
2 - Dimensão Jurídica Do Direito Humano À Alimentação Adequada e Políticas Públicas	28
Ana Carolina Oliveira Lopes (UFPB); Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa (UFPB)	
3 - O Brasil e a diplomacia do combate à fome e à pobreza	54
Felipe Leal Albuquerque (ICS - Universidade de Lisboa)	
4 - Da prática aos princípios da cooperação sul-sul: a metodologia de atuação do Centro de Excelência contra a Fome	83
Clarissa Franzoi Dri (UFSC); Andressa Molinari da Silva (UFSC)	
5 - Ajuda alimentar internacional e organismos geneticamente modificados: o caso dos EUA	118
Thiago Lima (UFPB); Erbenia Lourenço (UFPB); Henrique Zeferino de Menezes (UFPB)	
6 - Da insegurança à dependência alimentar: padrão de acumulação e apropriação de terras na Argentina	144
Agostina Costantino (UNS – Argentina)	
Sobre autoras e autores	176



6 - Da insegurança à dependência alimentar: padrão de acumulação e apropriação de terras na Argentina

Agostina Costantino (UNS – Argentina)

Introdução

Desde o final do século XIX, a Argentina tem sido frequentemente chamada de o “celeiro do mundo” devido a sua capacidade de produzir cereais e outros alimentos. Na mesma veia, muitos meios de comunicação e líderes políticos costumam dizer que “nós podemos” alimentar milhões de pessoas. No entanto, as perspectivas alimentares na Argentina pioraram nos últimos anos. Objetivos de segurança e de soberania alimentar não são atingidos simplesmente com a capacidade de um país de produzir alimentos, nem são alcançados simplesmente com o livre jogo das leis do mercado.

Desde o final dos anos 1970, e mais rapidamente desde os anos 1990, a Argentina passou por um processo de desregulamentação dos mercados em geral, e dos mercados de alimentos em particular, que conduziram à vulnerabilidade dos pequenos produtores, à liberalização de preços e ao completo desaparecimento de muitas produções que abasteciam os mercados locais. Esse conjunto de medidas faz parte de um novo padrão de acumulação orientado para a produção e a exportação de bens primários e manufaturados baseados em recursos naturais (entre eles, alimentos). A partir dos anos 2000, o

aprofundamento desse modelo deu lugar a um fenômeno que também começou a ocorrer em outros países dependentes: a apropriação de terras, entendida como a forma assumida pelo processo histórico de concentração da terra em contexto da abertura de contas externas e da livre mobilidade do capital internacional. Esse fenômeno implicou a desapropriação de milhões de hectares que passaram para as mãos de investidores ou governos estrangeiros.

O objetivo deste capítulo é mostrar os efeitos que esse padrão de acumulação teve na segurança alimentar na Argentina. Ao mesmo tempo, tendo em conta o fenômeno da apropriação de terras (*land grabbing, acaparamiento de tierras*), indagamos sobre os possíveis efeitos que isso pode ter sobre a soberania alimentar (entendida como a capacidade de decidir qual alimento é produzido, como e por quem) a longo-prazo.

A estrutura do capítulo é a seguinte: a seção 1 apresenta uma visão geral da situação alimentar na Argentina; a seção 2 aborda a relação entre o padrão de acumulação e a segurança alimentar; a seção 3, mostra os possíveis impactos que o processo de apropriação de terras pode ter sobre a soberania alimentar. Algumas conclusões são apresentadas ao final.

A situação da alimentação na Argentina

De acordo com dados da FAO sobre segurança alimentar, a Argentina seguiu nos últimos anos a tendência mundial de diminuição da proporção de população desnutrida e, em comparação com outros países da região, possui uma melhor infraestrutura em termos de acesso a água potável e outros serviços de saúde. No entanto, como mostra a figura 1, alguns indicadores refletem uma piora nas

condições de alimentação da população. Por exemplo, a porcentagem da população adulta com obesidade cresceu, assim como a proporção de mulheres com anemia em idade reprodutiva.

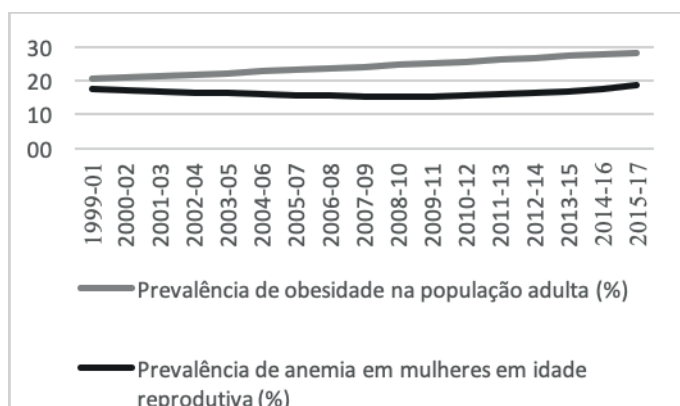


Figura 1. Indicadores selecionados sobre a situação alimentar na Argentina I (1999 – 2017), % da população total

Fonte: Elaboração própria baseada em *Food Security Indicators* de la FAO.

Além disso, e apesar da melhoria de alguns indicadores alimentares estruturais da Argentina nos últimos anos (a prevalência de desnutrição diminuiu de 5,3% em 2002-2004 para 3,8% em 2015-2017), um processo mais severo de deterioração de outros indicadores de desnutrição começou a ser observado mais recentemente. A “suficiência da oferta média de energia dos alimentos” (gráfico 2) refere-se ao fornecimento de energia alimentar como uma porcentagem das necessidades energéticas de cada país. Este indicador, juntamente com a prevalência da desnutrição, torna possível analisar se a desnutrição se refere principalmente ao suprimento inadequado de alimentos ou má distribuição de alimentos. Em termos gerais, pode-se observar na figura 2 que essas duas séries seguiram tendências opostas desde o final dos anos 90, ou seja, a prevalência de desnutrição aumentou

enquanto a oferta de alimentos piorou (até 2002-04) e vice-versa (de 2002-04).

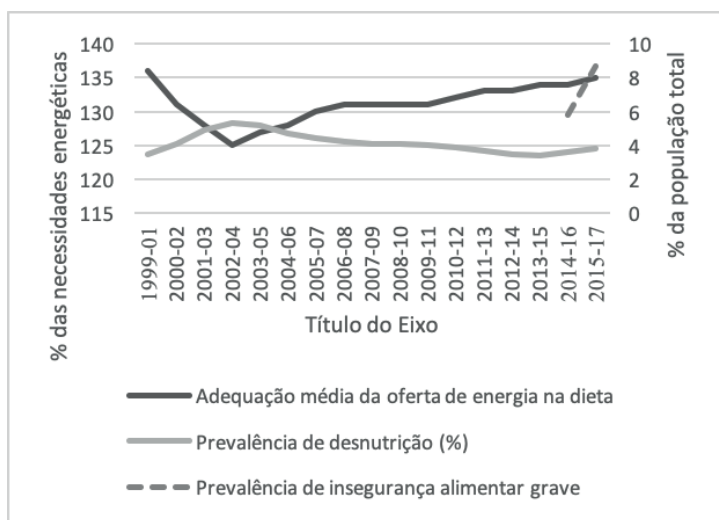


Gráfico 2. Indicadores selecionados sobre a situação alimentar na Argentina II (1999 – 2017)

Fonte: Elaboração própria baseada em *Food Security Indicators* de la FAO.

No entanto, essa correlação é quebrada a partir do período 2014-2016, quando se observa um aumento na oferta de alimentos, ao mesmo tempo em que aumenta o percentual da população com desnutrição. Embora haja apenas alguns anos para se tirar conclusões sobre isso, pode-se acrescentar que a grave insegurança alimentar no país também aumentou consideravelmente desde 2014-2016. De acordo com o indicador da FAO, classifica-se uma família como gravemente insegura quando pelo menos um adulto não reporta estar exposto por períodos de pelo menos um ano às experiências mais severas descritas pela “Escala de Experiência de Segurança”, que incluem, por exemplo: ter sido forçado a reduzir a quantidade

de comida, pular refeições, passar fome ou passar um dia inteiro sem comer nada por falta de dinheiro ou outros recursos. Vejamos então, ao explicar o agravamento da situação atual, quais são as características do padrão de acumulação desenvolvido na Argentina que permitem discernir algumas das causas desta configuração particular da situação alimentar na Argentina.

O padrão de acumulação e segurança alimentar

Um “padrão de acumulação” refere-se à maneira pela qual o capital se acumula e se reproduz em um dado momento e lugar. O objetivo do capital é sempre se expandir por meio da obtenção de lucros, mas a maneira pela qual esse objetivo é alcançado muda ao longo do tempo e entre países, e tem grandes consequências em termos sociais e políticos.

Há fortes indícios de que, na Argentina, a última grande mudança no padrão de acumulação ocorreu na ditadura civil-militar em 1976.³⁵ Desde aquela época, a economia do país passou de industrialização liderada pelo Estado para exploração das vantagens comparativas e início da aplicação das “reformas estruturais”. O governo procurou eliminar os obstáculos à acumulação, diminuindo os custos salariais (pela repressão direta) e outros custos (por meio da abertura comercial). Buscou também resolver a crise de crédito (liberalização da circulação de capitais e desregulamentação do sistema financeiro) e direcionar recursos estatais para a promoção de negócios no setor mais concentrado da burguesia (por meio de

35 Esta declaração não implica que não haja mudanças políticas, econômicas ou sociais relevantes desde aquela data. Mas as grandes características do modo como o capital se acumula (exploração de vantagens comparativas para exportação nas mãos de grandes capitais transnacionais) permanecem quase inalteradas, além de mudanças no governo. Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto, leia Schorr (2013).

promoção e compras estatais e da desnacionalização de empresas públicas). Em suma, a ideia era disciplinar tanto uma parte do capital (via abertura e aumento da concorrência) como o trabalho (pela repressão).

Este processo foi concluído durante os anos 1990. Em 1991, o decreto de desregulamentação econômica foi sancionado “com o objetivo de consolidar a estabilidade econômica, evitando distorções no sistema de preços relativos e melhorando a alocação de recursos na economia nacional” (Poder Ejecutivo Nacional, 1991), fazendo uso do poder policial sancionado pela lei de reforma do Estado em 1989. Sob a idéia de que a intervenção do Estado era “incompatível com o espírito deste Decreto” (p. 8), incluía, entre outras desregulamentações (Poder Ejecutivo Nacional, 1991):

- A eliminação de restrições ao fornecimento de bens e serviços em todo o país, e todas as outras restrições que distorcem os preços de mercado, evitando a interação espontânea de oferta e demanda.
- Liberalização e desregulamentação do transporte automotivo de cargas rodoviárias.
- A eliminação de todas as restrições, cotas e outras limitações quantitativas sobre importações e exportações de mercadorias.
- A dissolução dos seguintes órgãos reguladores: Junta Nacional de Granos, Junta Nacional de Carnes, Instituto Nacional Florestal, concentração pesca mercado, Instituto Nacional de Actividade Equestre, Comissão de Produção e Regulamentação do Comércio da Erva-mate, o mercado destinatário nacional de erva-mate, gestão nacional do açúcar.

- Liberação e eliminação de cotas para produção e comercialização de erva-mate, vinho, leite e outras produções regionais.
- A eliminação das restrições de horários e dias de trabalho na prestação de serviços de carga e descarga para o pleno funcionamento dos portos de forma ininterrupta.

A partir de 2002, uma série de políticas destinadas a impulsionar a agricultura e a mineração começou a ser aplicada. Em termos políticos, um ponto central foi o “Plano estratégico agroalimentar e agroindustrial participativo e federal 2010-2020” lançado em 2010 e celebrado entre governo, universidades nacionais, organizações internacionais (CEPAL, FAO, IICA, UNDP), câmaras empresariais e representantes das principais cadeias de valor. Seus principais objetivos eram aumentar a produção e, principalmente, a exportação de produtos agrícolas. Por outro lado, anunciou-se a criação de mais mercados consumidores internos, mas não houve detalhamento de quais produções seriam aumentadas para serem destinadas a eles (como foi feito com os mercados de exportação); e o aumento da produção de legumes (não incluído nas metas de exportação, portanto, destinados ao mercado interno) foi o mais baixo de todos os objetivos (ver o terceiro item da lista abaixo). Aqui estão alguns objetivos específicos do plano:

- Aumentar a área semeada com grãos de 33 milhões de hectares em 2010 para 42 milhões de hectares em 2020 (27%). Em particular: arroz (62%); girassol (61%); milho (56%), soja (20%) e trigo (11%).

- Aumentar a área semeada com algodão em 126%, de 310 mil para 700 mil, aumentando a produção em 235% (de 388 mil para 1,3 milhão).
- Apenas 4% da área de superfície de legumes e verduras entre 2008 e 2020 (alimentos que são efetivamente para o mercado interno).
- Aumentar a produtividade de todas as culturas anteriores.
- Aumentar em 30% a conversão de pastagens em safras.
- Aumentar o volume das exportações em 153%. Especificamente:

exportações primárias (80%); arroz (129%); girassol (312%); algodão (242%); entre as outras.

exportações de manufaturas de origem agrícola (193%): complexo de girassol (428%), complexo de milho (1.100%), complexo de soja (93%).

Biocombustíveis derivados da soja (317%).

Para isso, o Estado pretendia investir em obras públicas de infraestrutura “para o pleno desenvolvimento econômico e social das atividades agroalimentares e agroindustriais” (p. 119). Além disso, promoveria “a legislação necessária para o desenvolvimento pleno e sustentável das atividades agroalimentares e agroindustriais” (p. 139).

Que efeitos o aprofundamento desse padrão de acumulação teve na segurança alimentar? Segundo a FAO, a segurança alimentar refere-se ao acesso físico e econômico de todas as pessoas e em todos os momentos a alimentos seguros e nutritivos suficientes para atender às suas necessidades alimentares, levando em conta

o contexto cultural. Ainda segundo a FAO, o melhor mecanismo para conseguir isso é o mercado, ou seja, aumentar a produção dos alimentos em que o país é mais eficiente para obter excedentes e, com esses excedentes exportados, importar os alimentos que faltam.

Uma maneira de medir isso é através do indicador “fornecimento interno”, que devido ao seu formato pode ser considerado uma variável proxy de consumo, ou seja:

$$\begin{aligned} \text{FORNECIMENTO INTERNO}_x \\ &= \text{Produção}_x \\ &+ \text{Importações}_x - \text{Exportações}_x \\ &\pm \text{variação de estoque}_x \end{aligned}$$

Os gráficos a seguir mostram as tendências de produção e fornecimento interno de alguns alimentos selecionados para a Argentina. A primeira coisa que se pode observar é que tanto a soja quanto o milho, ambos produzidos com modificações genéticas (a partir dos anos 90) e com pacotes tecnológicos pertencentes às grandes transnacionais, aumentam exponencialmente sua produção, enquanto outras produções mais tradicionais na Argentina (como trigo e carne bovina) começam a estagnar. Observa-se que as reformas resultaram em substituição no uso do solo. Em todos os casos, são bens cuja produção sempre esteve acima da fornecimento interno e o excedente foi exportado.

O segundo caso mostrado no gráfico 4 é o de alimentos cuja produção era igual ao fornecimento interno, ou seja, eram produzidos para abastecer o mercado interno, até o início do processo de liberalização. A produção de cebola, leite e aves é separada da oferta interna na década de 90 (as duas primeiras) e de 2000 (aves). O processo de integração do mercado com o Brasil através do MERCOSUL

desempenhou um papel fundamental no aumento das exportações argentinas desses alimentos.

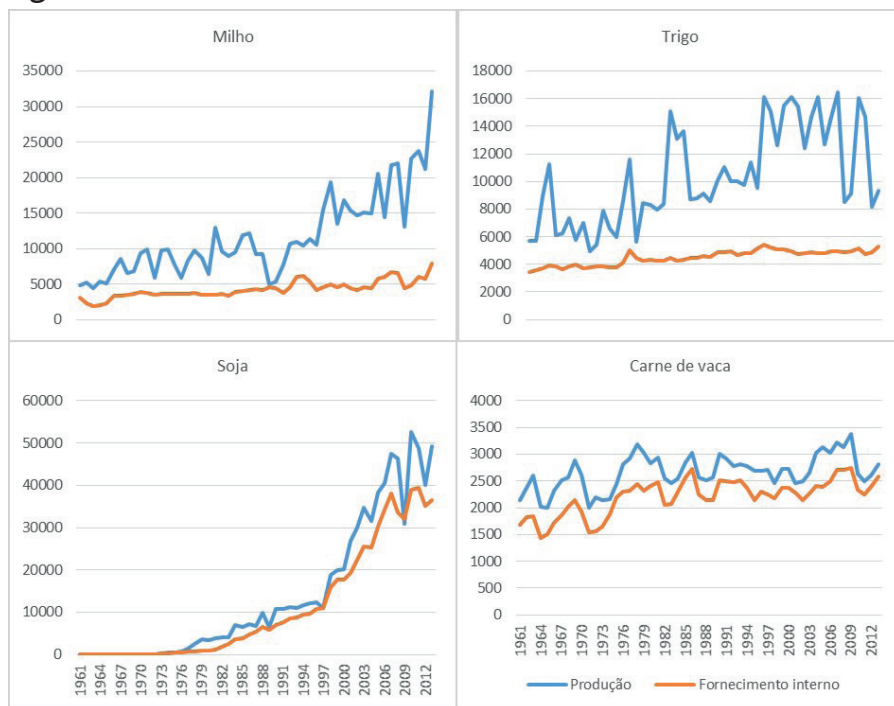


Gráfico 3. Alimentos cuja produção foi sempre maior que a fornecimento interno, milhares de toneladas

Fonte: Elaboração própria baseada em FAOSTAT.

A separação entre a lógica de produção e o fornecimento interno teve efeitos sobre a disponibilidade per capita de alimentos. O gráfico a seguir mostra como a oferta interna per capita de certos alimentos-chave na dieta dos argentinos, como carne, trigo, batata, batata-doce e tomate, caiu sistematicamente. Ou seja, a produção aumentou exclusivamente para exportar. Segundo a FAO, isso resultaria na possibilidade de adquirir no exterior os produtos que a Argentina produz de forma menos eficiente mas, na realidade, houve uma

substituição do consumo interno pelo consumo externo, e não uma melhora na segurança alimentar.

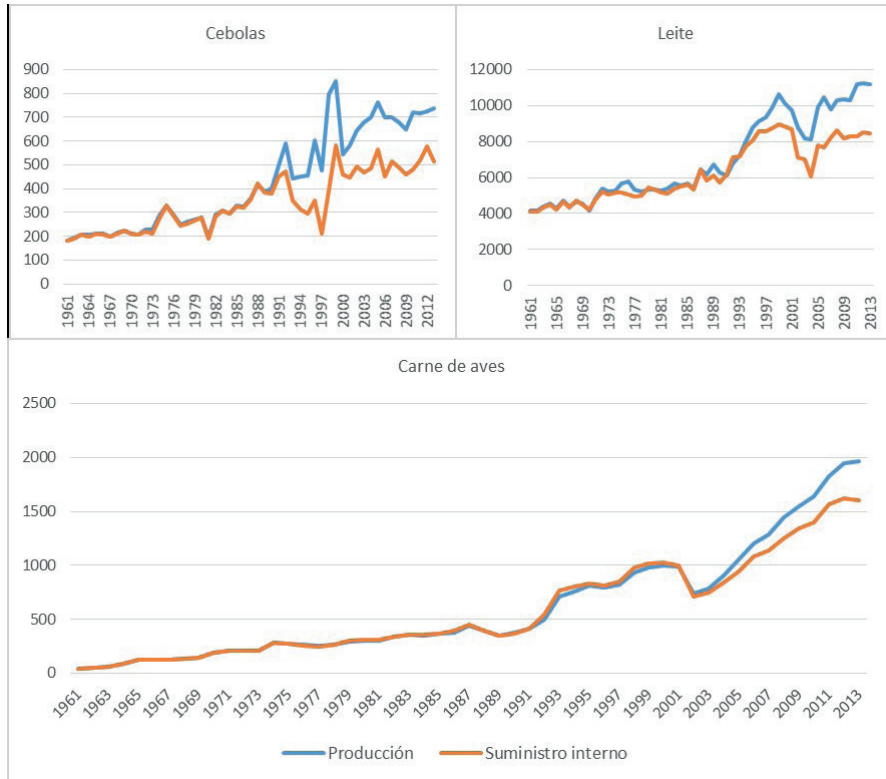


Gráfico 4. Alimentos cuja produção se tornou maior que a fornecimento interno a partir da desregulamentação dos mercados (1961-2013), milhares de toneladas

Fonte: Elaboração própria baseada em FAOSTAT.

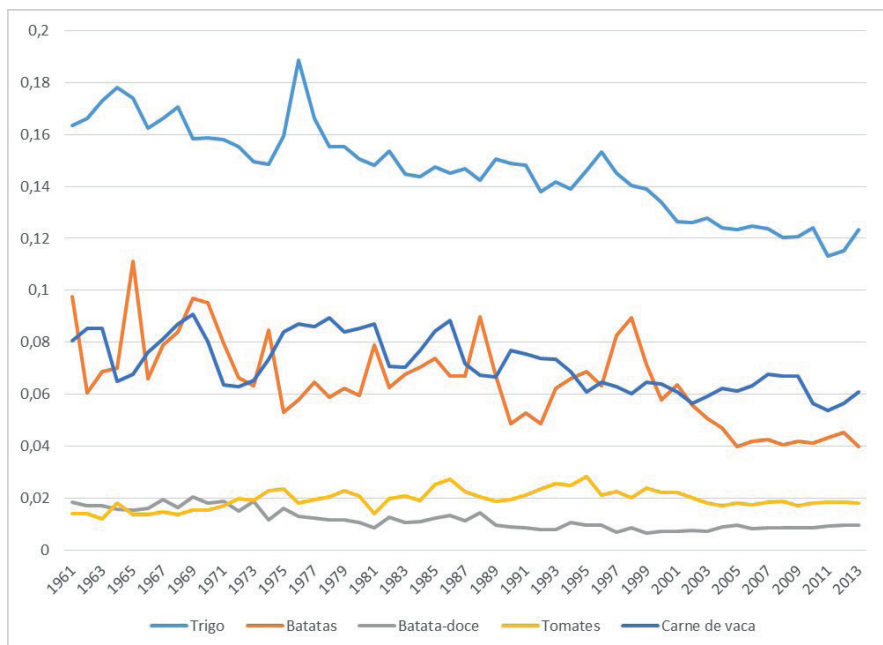


Gráfico 5. Oferta interna per capita de alimentos selecionados na Argentina (1961-2013), milhares de toneladas.

Fonte: Elaboração própria baseada em FAOSTAT.

De fato, muitos alimentos tiveram que ser importados, como tomates e carne de porco, o que mostra uma mudança clara no padrão de alimentos para os argentinos a partir dos processos de desregulamentação dos mercados e de abertura econômica.

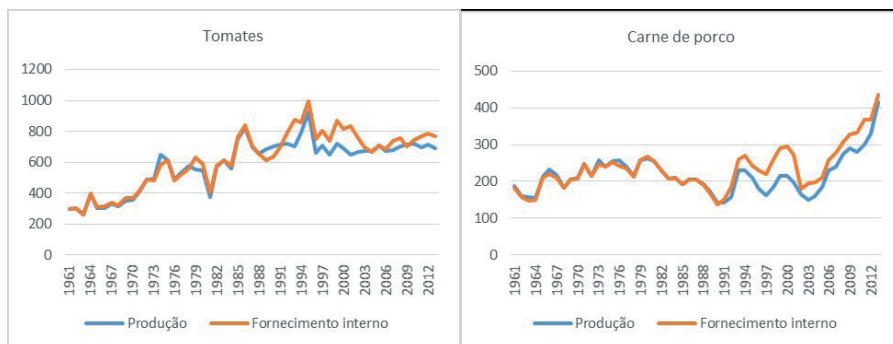


Gráfico 6. Comida cuja produção é menor que a oferta interna (1961-2013)
Fonte: Elaboração própria baseada em FAOSTAT.

Qual era a perspectiva com a mudança de governo em dezembro de 2015? Naquela época, um novo governo de claro estilo liberal chegou ao poder. Os principais instrumentos de política que começaram a ser aplicados a partir daquele momento e que definiram o mapa de vencedores e perdedores desta etapa foram (CANTAMUTTO, SCHORR, 2016): (i) desvalorização do peso; (ii) eliminação dos direitos (impostos) de exportação de trigo, milho, carne, produtos regionais, petróleo e produtos de mineração; e a diminuição no caso das exportações de soja (LA NACIÓN 2015; INFOBAE 2017; PÁGINA 12 2016); (iii) o aumento do preço local dos hidrocarbonetos (como resultado da desvalorização, mas também pela regulamentação direta do preço) (INFOBAE 2016); (iv) o aumento nas tarifas de serviços públicos (CANTAMUTTO 2016); (v) desregulamentação do comércio exterior; (vi) eliminação de controles de capital na compra de moeda estrangeira; e (vii) uma política contracionista do Banco Central, que manteve as taxas de juros da dívida em valores muito altos (OSTERA 2016).

Essas medidas explicam a deterioração do indicador de prevalência da desnutrição mostrado na seção anterior: o aumento da produção de alimentos, mas também a diminuição e a eliminação

das tarifas de exportação (além do desmantelamento da política controle de preços) levou a um aumento considerável de seus preços para o mercado interno. Uma parte da população não poderia mais acessá-los pelo mercado.

Em suma, se aceitarmos o mecanismo da FAO de alcançar a segurança alimentar pelo do mercado, aumentando a produção de certos alimentos, exportando seus excedentes e importando com aquelas moedas estrangeiras os alimentos que o país não produz de forma eficiente, veremos que o aprofundamento do padrão de acumulação baseado na especialização em vantagens comparativas foi um sucesso retumbante. Houve aumento da produção de todos os alimentos com altos preços internacionais e para os quais a agricultura argentina era orientada, isto é, aqueles favorecidos pelos avanços tecnológicos em sua produção (como soja e milho) e que se beneficiavam dos processos de integração regional (como cebola, frango e leite).

Entretanto, se avaliarmos o impacto desse mecanismo na segurança alimentar, entendido como o acesso à alimentação levando em conta o contexto cultural, vemos que cai a oferta per capita dos alimentos que foram fundamentais para a dieta dos argentinos, como a carne, o trigo e as batatas. Tudo isso causou uma mudança na cesta de alimentos que explica, em parte, o fraco desempenho na nutrição observado na seção 1. Portanto, a questão não é aumentar a oferta de certos produtos, mas como a população pode acessá-los. Na medida em que os preços dos produtos básicos são liberados e dependem do mercado internacional, eles passam a estar atrelados ao dólar. Se, ao mesmo tempo, não houver uma política nacional de renda que permita a aquisição de alimentos naqueles preços, a produção dependerá cada vez mais dos mercados estrangeiros e não da demanda interna.

Apropriação de terras e soberania alimentar

Nos últimos anos, proliferaram estudos de casos de diferentes países dando atenção à caracterização do processo de apropriação de terras que se intensificou em todo o mundo. Mas o que queremos dizer quando falamos em “apropriação de terras”? Neste capítulo entendemos o termo como o novo formato que leva à tendência de concentração da terra, num contexto de intensificação dos fluxos globais de capital e de desregulamentação das contas externas dos países. Operacionalmente, neste trabalho consideraremos as características que este processo teve a partir dos anos 2000, não porque esta seja a data de seu início, mas porque a partir deste momento o fenômeno adquire características particulares (em termos quantitativos, mas também em termos dos países investidores, os objetivos e os métodos de acumulação).

Neste período, a combinação de vários fatores intensifica o fenômeno: por um lado, a crise no processo de acumulação de capital que vem ocorrendo nos países desenvolvidos, manifestada em uma série de bolhas especulativas (crise pontocom em 2000, crise hipotecária em 2008) e, por outro lado, o aumento dos preços internacionais de bens primários no mesmo período. Ambos os fatores levaram o capital a buscar outros investimentos lucrativos que impeçam uma nova queda nos lucros, como derivativos financeiros atrelados a bens primários, produção direta de bens primários e aquisição de terras.

Uma das dimensões mais importantes que caracteriza o processo de apropriação de terras na Argentina durante os anos 2000 refere-se aos objetivos dos investidores.³⁶ Isso porque essa dimensão nos permite visualizar como esse fenômeno pode estar

36 Para uma análise mais detalhada de outras características deste fenômeno, ver: Costantino (2015, 2016, 2017).

afetando a soberania alimentar do país. O conceito de soberania alimentar foi promovido pela Via Campesina e pelo Fórum para a Soberania Alimentar e se refere ao direito dos povos de decidir sobre seu próprio sistema alimentar e produtivo. Ela é concebida como pré-condição para alcançar a segurança alimentar, ou seja, para que toda a população tenha acesso a uma dieta completa e saudável é preciso levar em conta quem produz o que, como e para quem.

A análise apresentada a seguir resulta da construção de uma base de dados feita pela autora com as seguintes fontes: Landmatrix, os relatórios dos balanços das empresas listadas, entrevistas com informantes-chave e notícias da mídia. Aquisições de 1.000 hectares ou mais feitas por investidores estrangeiros no país são consideradas “apropriação de terras”.³⁷

Deve-se notar que todas as operações de apropriação de terras registradas têm um objetivo geral: valorizar o capital. Isso significa aplicar capital de maneiras diferentes e em circuitos diferentes, mas sempre buscando aumentar seu valor obtendo lucros. No entanto, a maneira pela qual esse objetivo geral é perseguido pode variar entre duas dinâmicas distintas, de acordo com dois grupos principais: i) aqueles que produzem para o mercado e que enfrentarão concorrentes na busca por compradores; e ii) aqueles buscam produzir para garantir o fornecimento. Enquanto estes últimos são guiados pelas necessidades específicas de suprimento de alimentos para consumo e

37 Neste capítulo trabalhamos apenas com investidores estrangeiros. No entanto, a idéia de apropriação de terras não se refere apenas a investimentos estrangeiros, mas à forma como ocorre o processo de concentração de terras em muitos países, com base nos processos de abertura de contas externas e na globalização da terra. Esse fluxo de capital teve duas direções bem definidas: um tipicamente norte-sul, em que os capitais dos EUA e da Europa começaram a adquirir terras no exterior; e outro que poderia ser considerado Sul-Sul, de países que buscam garantir sua segurança alimentar ou o fornecimento de matérias-primas para seus próprios processos de industrialização. Exemplos: o capital chinês ou dos países árabes. Isso não exclui a existência de investimentos entre os países centrais (Lima e Lourenço, 2018), entre os países periféricos (ex.: investimentos da Argentina no Paraguai) ou intra-países (os investimentos da empresa argentina Cresud na Argentina), que são, sem dúvida, relevantes para explicar o fenômeno em cada país específico. No entanto, esses capitais nunca conseguem reverter a direção do fluxo mencionado acima: devido a suas características dependentes e periféricas, eles nunca conseguem competir por investimentos nos países centrais e têm um papel bastante defensivo nas economias locais.

insumos para a produção de bens em uma determinada economia, os primeiros podem ser distinguidos nos seguintes segmentos: produção primária, turismo e conservação.

Note-se que, durante a década de 1990, as aquisições de terras foram feitas para fins produtivos (e dentro desse objetivo, para a produção agrícola em maior escala), de conservação e de turismo (sobretudo durante a crise da Conversibilidade, quando os preços das terras estavam mais baixos). Depois da desvalorização cambial de 2002 e da ascensão de alguns países no cenário do capitalismo mundial a partir dos anos 1990 (como a China ou a Índia), o panorama da aquisição de terras muda em termos dos objetivos. As aquisições dobram para a produção agrícola, ganham maior importância para as operações de mineração, e surge um novo objetivo: o controle da terra para garantir o fornecimento de matérias-primas e alimentos dos países investidores. Em seguida, explicaremos a evolução e as principais características de cada um desses objetivos.

Objetivos			1992-2001		2002-2013	
Demanda	Objetivo específico	Setor	Hect.	%	Hect.	%
Para o mercado	Produção primária	Produção para o mercado - total	624.736	48,4	1.469.608	56,1
		Setor agropecuário	48.209	[77,0]	846.079	[57,6]
		Setor minerador	2.000	[4,3]	433.469	[29,5]
		Setor forestal	116.527	[18,7]	190.060	[12,9]
	Turismo		354.000	27,4	264.567	10,1
	Conservação		311.017	24,1	50.649	1,9
Demanda assegurada	Garantir abastecimento		-	0	837.006	31,9
Total			1.289.753	100	2.621.830	100

Tabela 1. Objetivos dos investimentos estrangeiros em terra na Argentina, 1992-2001 e 2002-2013

Fonte: Elaboração baseada no banco de dados construído.

Produção primária para o mercado

Este objetivo refere-se a aquisições de terrenos cuja finalidade explícita é a obtenção de lucros, não apenas por meio da produção primária, mas também pela valorização de terrenos adquiridos para obter ganhos de capital. Os principais investimentos com esse objetivo, tanto nos anos 1990 quanto nos anos 2000, são de origem norte-americana (através de empresas sediadas na Argentina, em Luxemburgo e nos Estados Unidos), mineradoras canadenses e empresas agroalimentares alemãs.

Dentro dos investimentos com este objetivo, dois tipos diferentes podem ser encontrados: por um lado, as aquisições de terras por empresas agroalimentares que explicitamente incluem o objetivo da valorização da terra e, por outro lado, as aquisições por grandes empresas transnacionais de mineração. No primeiro caso, os investimentos da Adecoagro e da Cresud ocupam um lugar preponderante. Nos relatórios de ambas as empresas para a SEC (Securities and Exchange Commission), os principais negócios são a produção agrícola e “transformação da terra”. No que diz respeito à produção agrícola, eles produzem grãos, oleaginosas e gado que serão vendidos a grandes comerciantes e empresas industriais, que acabam exportando.

É importante destacar o que essas empresas chamam de objetivo de “transformação da terra”. Com isso, referem-se à aquisição de terras que elas definem como “subdesenvolvidas” (savanas e pastagens naturais) e “sub-manejadas” ou “subutilizadas” (pastagens ou agricultura mal manejadas ou administradas) e que, por meio da implementação de tecnologia de produção de ponta e das melhores práticas agrícolas, tornam-se adequadas para usos produtivos mais rentáveis.

Ou seja, os objetivos dessas empresas não são apenas produtivos, mas também imobiliários e especulativos por meio da aquisição de terras a preços baixos e posterior venda a um preço mais alto (seja porque o preço da terra aumentou como resultado da elevação do preço das matérias-primas ou porque aumentou como resultado dos investimentos feitos sobre elas) (ADECOAGRO AS, 2013; CRESUD AS, 2010). Entre 2006 e 2013, a Adecoagro vendeu mais de 53.000 hectares de terras, gerando ganhos de capital de aproximadamente 160 milhões de dólares. De acordo com a própria empresa, essas mais-valias foram realizadas graças a: (i) aquisição de terrenos a preços abaixo de seu valor de mercado; (ii) o processo de

transformação do terreno aplicado pela empresa; e (iii) a valorização do terreno em função do aumento dos preços das matérias-primas (ADECOAGRO AS, 2010).

Por outro lado, há grandes aquisições de terra por empresas de mineração que parecem ter apenas um final produtivo (e não imobiliário como as do setor agroalimentar). Neste caso, a Canadian Pan American Silver se destaca com mais de 235.000 hectares distribuídos na Patagônia para exploração e extração de ouro, prata e chumbo.

Conservação e turismo

Apresentamos nesta seção os objetivos relacionados ao turismo e conservação em conjunto, porque eles estão intimamente relacionados e, em muitos casos, até mesmo entre os próprios investidores. A literatura caracterizou esse tipo de aquisição como “apropriação verde” (*green grabbing*), isto é, a aquisição de terras e recursos para fins ambientais (FAIRHEAD, LEACH, SCOONES, 2012). Em geral, esse fenômeno é apresentado como consequência do processo de mercantilização da natureza, ou seja, como forma de criar novas oportunidades de investimento, especialmente na etapa neoliberal. A “natureza” tornou-se um ativo comercial que gera renda a partir dos “serviços ambientais” que fornece (emissão de oxigênio, água limpa, belas paisagens, controle de pragas etc.). Os donos dos recursos que fornecem esses serviços arrecadam fundos (organizações públicas ou internacionais) para conservação, obtêm renda do ecoturismo, vendem produtos orgânicos e sustentáveis etc. Para isso, foram difundidas “linguagens de avaliação” (MARTÍNEZ, 2009) (da academia, imprensa, organizações da sociedade civil etc.), como a biodiversidade

em perigo, a necessidade de biocombustíveis, entre outros que, independentemente de sua veracidade ou falsidade, justificam reservas de áreas naturais para prevenir extinções, compensar emissões de gases de efeito estufa em outras regiões, e permitir que o surgimento de mercados de “bens ambientais” (agora convertidos em mercadoria) (KELLY 2011). A Patagônia Argentina, de fato, é um caso paradigmático em todo o mundo em termos de apropriação de terras em nome da proteção do meio ambiente e da natureza, especialmente durante os anos noventa (ZOOMERS, 2010).

Tanto nos anos 1990 como nos anos 2000, a maioria dessas aquisições foi feita aproveitando os preços excepcionalmente baixos da terra: na primeira etapa, 97,9% das terras para turismo e conservação foram adquiridas entre 1997 e 2001, isto é, ao longo do período recessivo do ciclo de conversibilidade, quando os preços da terra caíam constantemente; enquanto na segunda etapa, 87% da terra para esse fim foi comprada entre 2002 e 2003, ou seja, enquanto a economia ainda estava em recessão após a crise da década anterior e os preços da terra estavam apenas começando a se recuperar (embora ainda estivessem abaixo dos preços de 1999).

Um dos principais investidores é Douglas Tomkins, através de sua fundação “Tomkins Conservation”. Este investidor segue dois mecanismos distintos para suas aquisições, seguindo uma filosofia de “ecologia profunda”, ou seja, a natureza sem intervenção humana, para o qual transforma as terras para deixá-las como “virgem” e selvagem tanto quanto possível. Por um lado, ela possui grandes etapas de produção, recuperando a introdução de espécies ameaçadas de extinção e a remontagem da paisagem, flora e fauna. Parte delas fornecem concessões para a produção sustentável e para atividades ecológicas (ou seja, seguir certas normas orgânicas e de gestão de recursos), e outra parte é destinada ao eco-turismo de luxo. Assim, como vimos no caso de empresas produtivas que transformaram a

terra para aumentar o seu valor, este tipo permitiu a Tomkins vender milhares de hectares “recuperados” na Argentina em anos recentes, obtendo lucros significativos (TOMKINS CONSERVATION, 2014, 2013). Por outro lado, a pesquisa de García (2004) mostrou que esta empresa (associada a fundações ambientais nacionais, como a Fundación Vida Silvestre) temporariamente entrega a terra ao Estado (nacional ou provincial) impondo uma série de condicionalidades de cumprimento muito difícil (por exemplo, para estabelecer “parques marinhos” - parques com maior superfície de água do que terra - em menos de 3 anos). Se eles não forem efetivados dentro de um certo período, o contrato permite que a Tomkins recupere essas terras.

Além de Tomkins, dentro desse objetivo estão outros grandes magnatas que adquiriram terras para explorar as paisagens da Patagônia argentina através de mega empreendimentos de luxo “ecoturísticos”, acessíveis apenas a turistas de alta renda. Este é o caso de Ted Turner, Joseph Lewis e o holandês Hubert Gosse. O caso de Joseph Lewis tem sido extremamente conflituoso porque, dentro do espólio que adquiriu do Estado, está o Lago Escondido (público, de acordo com a legislação argentina), e o empregador cercou os acessos públicos a ele para impedir o livre acesso àquela paisagem natural (um dia no complexo de Lewis custa mais de US \$ 1.700). Nos três casos, estas são grandes áreas (muitas das quais são adquiridas pelos próprios estados provinciais) com grandes reservatórios de água doce e outros recursos estratégicos.

Enquanto na Argentina há ainda um mercado de créditos de carbono, o governo já enviou em 2013 uma proposta às Nações Unidas para a gestão de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), programa que fornece financiamento para estados e proprietários que atendam a certos padrões em termos de florestação. Além disso, a Lei Florestal aprovada em 2007 também prevê a concessão de fundos para os proprietários de terras em troca de

serviços ambientais prestados pelas florestas. Todos estes incentivos se somam à obtenção de lucros a partir do turismo e a outros fundos de organizações internacionais aos quais os proprietários podem recorrer para fins de conservação. É, assim, um investimento para produzir bens e serviços para o mercado. Ou seja, a despeito das definições pessoais que este tipo de investidores têm sobre si e sobre seus investimentos, parece haver pouca filantropia em aquisições de terras para fins ecológicos.

Muitos desses casos referem-se a cercamentos de terras estatais e de uso comunal, que antes eram explorados por camponeses ou povos indígenas com títulos precários sobre as terras, isto é, sem propriedade). Assim, em todos esses casos, tratam-se de investimentos que produzem uma drástica mudança no uso da terra, substituindo em muitos casos produções para a oferta local de alimentos por negócios no setor de “mercados verdes” e turismo ecológico para consumidores de alta renda.

Garantir o fornecimento de matérias-primas aos seus países de origem

Uma das novidades da apropriação de terras por estrangeiros nos anos 2000 é a aquisição, a fim de garantir o fornecimento por parte de certos países, especialmente países que nos últimos anos vêm experimentando fortes processos de crescimento e industrialização e que exigem o fornecimento constante de matérias-primas para sustentar essas taxas.

País	China	Índia	Arábia Saudita	Coreia do Sul	Japão	Total
Hectares	320.000	273.700	212.306	20.000	11.000	837.006
Percentual	38.2	32.7	25.4	2.4	1.3	100

Tabela 2. Países que adquirem terras na Argentina para garantir o fornecimento de matérias-primas, hectares em%, 2002-2013
Fonte: Elaboração baseada no banco de dados construído.

Em primeiro lugar está a China, que começou em 2011 a fazer grandes aquisições de terras no país. Desde 2010, a China começou a investir na Argentina em múltiplos setores estratégicos para o fornecimento de matérias-primas necessárias ao seu processo de acumulação de capital. Investiu no setor de energia (comprou 50% da petrolífera argentina Bidas, do empresário Bulgheroni, e participações na subsidiária argentina da Occidental Petroleum, Exxon Mobil e Electroingeniería), no setor financeiro (o Banco Chinês, O ICBC, comprou 80% do Standard Bank Argentina SA), no setor de transporte (trens e *joint venture* com a SOCMA argentina automotiva), no setor agrícola (*joint venture* com a CRESUD) e no setor químico (THE HERITAGE..., 2014).

Em 2010, a empresa estatal chinesa Heilongjiang Beidahuang assinou um acordo de cooperação com a província argentina de Río Negro para um projeto agroalimentar que consistia no investimento, por parte de investidores chineses, em um sistema de infraestrutura de irrigação para mais de 300.000 hectares ao longo de cinco vales que fazem fronteira com o rio Negro. Para conseguir isso, eles teriam múltiplos incentivos do governo e a concessão da área portuária de San Antonio Este “de graça” por 50 anos (com renovação automática) (GOBIERNO..., 2010).

O acordo consistia no seguinte: a empresa faria o investimento no sistema de irrigação e este seria contabilizado como um empréstimo aos produtores que foram beneficiados pelo referido sistema. Os produtores continuariam a produzir em suas próprias terras mas, em troca do empréstimo, precisavam produzir apenas o que a empresa chinesa pedia e vender exclusivamente a eles toda a produção. Se os produtores não estivessem dispostos a fazer isso, poderiam vender ou alugar suas terras, desde que o comprador ou proprietário concordasse em produzir os bens encomendados pela empresa chinesa; caso contrário, as terras poderiam ser expropriadas pelo Estado. Além disso, os produtores tiveram que dar 30% de suas terras como garantia para o investimento chinês e pagar, por 20 anos, a dívida por esse investimento (se não quisessem ou não pudessem fazê-lo, teriam a possibilidade de entregar 30% da terra oferecida em garantia).

Isso quer dizer que, embora a empresa chinesa não tomasse 100% dessa terra, ela tinha controle absoluto sobre a produção. Os proprietários originais da terra se tornariam produtores terceirizados que produzem em nome da China (de produtores independentes a “empregados terceirizados” da empresa). Então, de acordo com a particularidade de este acordo, parece que o objetivo principal da China, além de obter um retorno sobre o investimento no sistema de irrigação é garantir o fornecimento de matérias-primas necessárias para o seu próprio processo de acumulação de capital em seu país. O processo de urbanização e industrialização na China aumentou as necessidades de matérias-primas e alimentos tanto pelo crescimento da demanda para suprir os processos industriais, como pelo aumento do consumo derivado de melhores níveis de renda para uma parte da população e pela maior pressão sobre a terra arável no interior do país. Ao mesmo tempo, é cada vez mais necessário para a economia encontrar novas oportunidades de investimento para colocar o acumulado do processo de reformas estruturais do mercado e

superexploração do trabalho que é dado lá (salário abaixo do valor de força de capital trabalho e alta intensidade de trabalho). Nesse sentido, os investimentos externos na aquisição de terrenos para a produção de matérias-primas atendem a essas duas necessidades: assegura o fornecimento das matérias-primas necessárias e oferece uma oportunidade de investimento rentável para a expansão do capital chinês.

Algo semelhante acontece com os investimentos árabes e indianos em terras na Argentina, mas ao contrário do caso chinês, feito empresas estatais, tratam-se de investimentos de capital privado com o apoio dos Estados. Em 2011, o sheik árabe Mohammed Al-Khorayef assinou um acordo com o governo da província de Chaco para explorar 200.000 hectares na região de Bosque Impenetrable para produzir e exportar grãos para o país árabe, comprometendo-se a investir na infraestrutura de irrigação. O projeto dos investidores árabes é parte de uma política do país chamada “Iniciativa do Rei Abdullah para a Segurança Alimentar Nacional”, que consiste na provisão de fundos, crédito e logística do governo a investidores privados sauditas para investir na agricultura do país estrangeiro. O objetivo é formar uma reserva estratégica de matérias-primas alimentares para atender às necessidades dos alimentos e prevenir futuras crises alimentares (especialmente porque eles não têm controle sobre o preço internacional dos alimentos). Essa política surge da eliminação da política de subsídios para os produtores sauditas, o que aumentou as necessidades de importação de alimentos. Ou seja, novamente, como no caso da China, a aquisição de terras na Argentina responde a fatores relacionados aos processos de acumulação dos países investidores.

Finalmente, no caso da Índia, o principal grupo investidor é o Walbrook, que adquiriu terras durante a crise argentina em 2002, quando o preço estava muito desvalorizado. Apoiados pelo governo

indiano, os investidores privados começaram a adquirir terras na Argentina para produzir batatas e cabras para abastecer a Índia e sustentar o processo acelerado de urbanização que ocorre naquele país.

Nos três casos, percebe-se que o território argentino e seu uso estão sujeitos às necessidades de acumulação e geoestratégias de outros países, reafirmando o lugar dependente da Argentina. Atenção deve ser dada ao fato de que os três casos referidos não são países que atualmente são considerados centros hegemônicos do mundo, mas países que estão em ascensão. A Argentina está sujeita a ambos os tipos de países.

Achamos, portanto, que o fenômeno de apropriação de terras na Argentina durante a década de 2000 responde a 3 objetivos diferentes: (i) aproveitar aumento dos preços e da demanda global por alimentos e minerais, e obter renda derivada dos “serviços ambientais”. (ii) Valorizar o capital no setor imobiliário, o que implica aumento do preço da terra, tanto pela inflação de alimentos como pelo investimento em infraestrutura (seja para a produção alimentar ou para conservação). (iii) Garantir o fornecimento de alimentos e matérias-primas que apoiarão os processos de acumulação de capital nos países de origem dos investidores. Esses são três objetivos que respondem às decisões fora do alcance de um país como a Argentina (embora facilitado pelas políticas de incentivo que se aplicam aqui) e envolvendo a transferência externa de valor produzido internamente (em termos de lucros e aluguéis da terra). Da mesma forma, os três objetivos reforçam o papel da Argentina como reservatório de recursos naturais e como fornecedor de matérias-primas, posição claramente subordinada à ordem mundial.

Comentários finais

Como mostrado neste capítulo, não basta a um país aumentar a produção de alimentos para garantir que todas as pessoas tenham acesso a eles, pois o objetivo dos produtores nem sempre é ofertar alimentos, mas sim acumular e reproduzir seu capital. O processo de reformas estruturais implementadas na Argentina desde o final dos anos 1970, e acelerado a partir dos 1990, aumentou consideravelmente a produção de muitos produtos agrícolas altamente rentáveis internacionalmente (como soja e milho) e diminuiu a produção de outros alimentos que faziam parte da dieta da população (tais como carne, trigo e alguns legumes). O processo de liberalização e desregulamentação completa-se com a chegada ao governo de uma força política claramente liberal em dezembro de 2015. Este governo elimina os impostos sobre a exportação de mercadorias e deixa o seu preço à mercê dos mercados internacionais, enquanto desmonta toda a política controle de preços de produtos básicos montado durante os governos dos Kirchner.

Tudo isso provocou uma mudança na cesta básica que explica, em parte, o fraco desempenho de alguns indicadores nutricionais. A questão não é, portanto, como aumentar a oferta de alimentos, mas sim como a população pode ter acesso a eles. Se o preço dos alimentos produzidos internamente estiver atrelado ao dólar, e não houver uma política de renda que permita às pessoas acompanhar aqueles preços, então as decisões de produção dependerão cada vez mais da demanda externa e menos dos consumidores internos.

Em relação à discussão sobre a soberania alimentar, a generalização do fenômeno da apropriação de terras nos anos 2000 está deixando cada vez mais nas mãos de grandes corporações agroalimentares e de alguns governos estrangeiros a política de

produção de alimentos. Como mostramos, esses investimentos têm como objetivo principal a produção de certos bens que são destinados exclusivamente à exportação, segundo parâmetros exclusivos dos investidores e com cada vez menos interferência do governo local na determinação das características da política agroalimentar. A apropriação de terras, então, reforça o processo de perda da soberania alimentar, somando-se ao problema da insegurança alimentar já existente, a dependência alimentar.

Referências

ADECOAGRO SA. **United States Securities and Exchange Commission Form 20-F**. Vol. 12. 1. Washington, D.C.: United States Securities and Exchange Commission. 2010

_____. **United States Securities and Exchange Commission Form 20-F**. Washington, D.C.: United States Securities and Exchange Commission. 2013.

CANTAMUTTO, F. J. **El tarifazo: breve estudio sobre el caso del gas**. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert en Argentina. 2016.

_____. Martín S. Timba agroexportadora. **Marcha**, 17 de noviembre de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2CGnGp5>>. Acesso em 13 de out. 2018

COSTANTINO, A. ¿Quiénes son y para qué? El proceso de extranjerización de la tierra en Argentina a partir del 2002. **Ambiente y Sostenibilidad**, vol 5 n. 1, 2015, p. 43–56.

_____. El capital extranjero y el acaparamiento de tierras: conflictos sociales y acumulación por desposesión en Argentina. **Revista de Estudios Sociales**, n. 55, 2016. P. 137–149.

_____. La extranjerización de la tierra en Argentina. Continuidades y cambios entre el macrismo y el kirchnerismo. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**. vol 5, n. 2, 2017, p. 103.

CRESUD S. A. **United States Securities and Exchange Commission Form 20-F**. Washington, D.C.: United States Securities and Exchange Commission. 2010

FAIRHEAD, J., LEACH, M., SCOONES, Y. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, vol. 39, n. 2, 2012. p. 237-261.

GARCÍA, M. Douglas Tompkins y su reinado patagónico. 2004. Disponível em: < <https://bit.ly/2CbeM1w>>. Acesso em 13 de out. 2018.

GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE RIO NEGRO. Acuerdo de Cooperación para el Proyecto de Inversión Agroalimenticio entre Heilongjiang Beidahuang State Farm Business Trade Group Co. y el gobierno de la provincia de Río Negro, Argentina. 2010.

INFOBAE. Argentina, donde suben las naftas mientras baja el petróleo - **Infobae**. 12 de enero de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2pSBC6K>>. Acesso em 13 de out. 2018

_____. El Gobierno eliminó las retenciones a la exportación de petróleo. **Infobae**. 9 de enero de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2jdUBo3>>. Acesso em 13 de out. 2018

KELLY, A. B. Conservation practice as primitive accumulation. **Journal of Peasant Studies**, vol. 38, n. 4, 2011. P. 683-701.

LA NACIÓN. El Gobierno oficializó la eliminación a las retenciones al agro, salvo a la soja. 17 de diciembre de 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2pUJOUC>>. Acesso em 13 de out. 2018

MARTÍNEZ A., J. El ecologismo de los pobres, veinte años después: India, México y Perú. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2pNkijl>>. Acesso em 13 de out. 2018.

OSTERA, I. Anuario 2016: Un año de Cambiemos: ganadores y perdedores de la macroeconomía macrista. **Bae Negocios**, 25 de diciembre de 2016. Disponível em: <<http://diariobae.com>>. Acesso em 13 out. 2018.

PÁGINA 12. La eliminación de retenciones mineras. **Página 12.** 7 de marzo de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2yCJGwC>>. Acesso em 12 out. 2018.

PODER EJECUTIVO NACIONAL. **Desregulación económica. No 2284.** Buenos Aires: Poder Ejecutivo Nacional. 1991 Disponível em: <<https://bit.ly/2Aa9m5r>>. Acesso em 12 out. 2018.

SCHORR, M.. Nuevo Patrón sobre un viejo Modelo: el problema de la concentración. **Publicación de Ciencias Sociales.** Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. 2013.

THE HERITAGE FOUNDATION. **China global investment tracker.** 2014. Disponível em: <<https://herit.ag/2QPrWW7>>. Acesso em 12 out. 2018.

TOMKINS CONSERVATION. Tomkins Conservation. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2NBu6GZ>>. Acesso em 12 out. 2018.

_____. The Conservation Land Trust. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2ISI9XX>>. Acesso em 13 de out. 2018.

ZOOMERS, A. Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. **Journal of Peasant Studies**, vol 37, n. 2, 2010. P. 429–447.

Sobre autoras e autores

Thiago Lima (Org.). Prof. do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da UFPB. Coordenador da Redagri.

Agostina Costantino. Pesquisadora do CONICET no Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales del Sur de la Universidad Nacional del Sur (UNS) – Argentina.

Ana Carolina Oliveira Lopes. Graduada em Direito na UFPB.

Andressa Molinari da Silva. Mestranda em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Clarissa Franzoi Dri. Profa. do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC.

Erbenia Lourenço. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da UFPB.

Felipe Leal Albuquerque. Marie Curie Fellow e pesquisador – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

Henrique Zeferino de Menezes. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB.

Laís Thomaz Forti. Profa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFG.

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa. Profa. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFPB.

Raquel Maria de Almeida Rocha. Doutora em Relações Internacionais pela USP.



Redagri

Rede de Estudos Agroalimentares Internacionais







Diagramado pela Editora UFPB em 2019.
Impresso em papel Offset 75 g/m² e capa
em papel Supremo 250 g/m².